

ATA DA 62ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS HUMANOS – CEDH

Aos nove dias do mês de setembro de dois mil e vinte e dois, em ambiente web, por meio da ferramenta do Google Meet, às 13h30, compareceram na Plenária do Conselho Estadual dos Direitos Humanos (CEDH), os seguintes conselheiros:

representantes da sociedade civil: Ana Ludvig, representante titular (Centro de Direitos Humanos de Brusque), Rafaela Kohler, representante suplente (Centro de Direitos Humanos de Brusque), Maria Del Carmen, representante titular (Instituto Memória e Direitos Humanos da Universidade Federal de Santa Catarina – IMDH-UFSC), Maria Lúcia Haygert, representante suplente (Instituto Memória e Direitos Humanos da Universidade Federal de Santa Catarina – IMDH-UFSC), Ricardo Maes, representante suplente (Central Única dos Trabalhadores -CUT-SC), Isadora Conversano, representante titular (Cáritas Brasileira), Celina Duarte Rinaldi, representante titular (Instituto Gentes de Direitos – IGENDES), Vera Vargas (Fórum de Mulheres do Mercosul – FMM), Rosemeri Prado (Federação dos Trabalhadores no Comércio no estado de Santa Catarina – FECESC) e

representantes governamentais: Maria Benedita Prim, representante suplente (Secretaria de Estado da Educação – SED), Maicon de Medeiros, representante titular (Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social – SDS), Joseane Melo (Secretaria de Estado da Administração Prisional e Socioeducativa - SAP) e

como convidados (as): Senhor Marcos Leandro Espíndula (Secretaria de Estado da Educação – SED), Gabrielly Cabral Monsani, Narah Soares e Lúcia Flávia Moraes, estagiárias da Gerência de Políticas para pessoa com deficiência e idoso – GEPDI). A **plenária é aberta (1)** pela vice-presidente Celina Duarte Rinaldi (IGENTES) que cumprimentou e agradeceu a presença de todos (as), e deu início a pauta indagando a Secretaria quanto ao **levantamento de quórum (2)**. A Secretaria respondeu haver quórum suficiente. Na sequência, Celina (IGENTES) solicitou que fosse feita a **leitura da pauta (3)**. Feita a leitura, a pauta é **aprovada por unanimidade**. Quanto às **justificativas de ausências (4)**, a Secretaria comunicou as justificativas dos conselheiros (as): Fernanda Zimmermann (SED), Elias Romão (IMA) e Nasser Haidar (CDH Maria da Graça Braz). Todas aprovadas. Celina (IGENTES) comentou que houve uma pequena alteração na pauta referente ao **ponto (5)**, que ficaria para a próxima plenária. Nesta data seria feita uma conversa sobre **“os Direitos Humanos hoje: novas noções”** com a participação da conselheira Maria Del Carmen (IMDH-UFSC). Celina ressaltou a importância de todos se manterem atualizados quanto ao tema e comentou que recentemente foi declarado o direito ambiental, como um Direito Humano pelas Organizações das Nações Unidas – ONU. A professora Maria Del Carmen (IMDH-UFSC) iniciou sua reflexão dizendo que quando o assunto tratado é Direitos Humanos remete-se diretamente a Revolução Francesa, Revolução da independência norte-americana, a primeira declaração dos direitos do homem e do cidadão de 1789, Declaração universal de 1948, porém a perspectiva que embasa esses direitos se trata da perspectiva europeia ocidental e individualista, originando constituições liberais que conseqüentemente irão tratar de direitos individuais. Com os processos de descolonização, somado as novas reflexões sobre o que seria ocidente e oriente, começou a ser discutido *quem seriam* esses *sujeitos de direitos*. A conselheira reiterou sua fala anterior dizendo que este sujeito de direito seria representado por uma pessoa livre, autônoma, remetendo a imagem europeia do século XVIII, e com os processos de colonização da América, aquela imagem seria automaticamente incorporada. Com a descolonização da América e África iniciaram-se os processos migratórios e, a partir desses, se percebeu que existem outras formas de concepção de direitos humanos. A professora Maria (IMDH-UFSC) explicou que o fato não se tratava apenas do reconhecimento de outras culturas, deixando-as viver de forma

55 isolada, sequer seria a inclusão social nas Políticas Públicas do país dentro de
56 perspectivas de direitos divergentes, que seria uma forma de colonialismo. A
57 questão colocada pela conselheira seria *“comolidar com culturas que sejam muito*
58 *diferentes e que tenham concepções extremamente diferentes de direitos*
59 *humanos”*. Concluiu sua reflexão com um pensamento: *“Como as sociedades tem*
60 *lidado com seus próprios direitos”*. E, argumentou que algumas sociedades, como
61 o Brasil e a Argentina, conhecem e escutam mais sobre determinadas culturas e
62 desconhecem outras experiências, e citou a Boliviana. A conselheira salientou a
63 importância de se conhecer as diversas culturas, não com o objetivo de imitá-las,
64 e mencionou como um dos motivos do rechaço da Constituição Chilena, a
65 proposta da plurinacionalidade. Voltou ao exemplo da Bolívia e explicou como o
66 estado se organiza para atender a sua população plurinacionalista, colocando a
67 *noção de direitos humanos* como uma questão *complexa e não universalista*. Por
68 fim, a conselheira salientou que o tema deve ser explorado, sem deixar de lado a
69 defesa de Direitos Humanos construída até o momento, porém, tomando-se o
70 devido cuidado porque junto ao discurso de Direitos Humanos vem o da
71 democracia liberal, que é permanentemente utilizado para invasões, guerras e
72 violência contra sociedades que teoricamente teria outra concepção de
73 determinados conceitos relacionados ao assunto em questão e o conteúdo dos
74 direitos e da vida digna não é igual dentro de todas as sociedades, inclusive
75 dentro de um mesmo território. Para Del Carmen (IMDH-UFSC) esse seria o
76 grande desafio das discussões teóricas e políticas dos Direitos Humanos, criar
77 consensos e diálogos mais intensos, uma vez que no Brasil essa discussão é
78 insipiente. A vice-presidente agradeceu a explanação da professora Maria ao
79 trazer esse tema, pois muito se discute os direitos humanos e se esquece dessas
80 particularidades. Celina citou alguns casos práticos de violação de direitos
81 humanos que ocorrem em comunidades quilombolas e associados a crenças
82 religiosas. O conselheiro Maicon (SDS) manifestou-se satisfeito em escutar a
83 professora Maria (IMDH-UFSC) e comentou sobre a necessidade de se revisar o
84 Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH 3), proposta na última reunião em
85 Brasília, juntamente com o presidente Fabrício (Acontece) e vice-presidente,
86 Celina (IGENTES), que provavelmente teria desdobramentos para os estados e
87 municípios. Esse fato, segundo o conselheiro seria um desafio para uma nação
88 cheia de tensões, contradições e problemas cada vez mais agravados. Porém,
89 para Maicon (SDS), nos últimos tempos, foram feitas algumas reflexões que
90 caminham no sentido da discussão apresentada pela conselheira Maria Del
91 Carmen (IMDH-UFSC), da pluralidade da identidade, da compreensão dos
92 Direitos Humanos a partir de diversas dimensões. O conselheiro explicou que na
93 diretoria de direitos humanos (DIDH) da pasta as discussões são intensas quanto
94 a expansão dos espaços de atendimento, com uma possível implantação de uma
95 política LGBTQIA+. Maicon (SDS) explicou ter sido citada especificamente essa
96 população, por ser uma semana voltada às reivindicações em relação aos direitos
97 e as violações graves que vem acontecendo. Inclusive este seria o motivo da
98 ausência do presidente Fabrício (Acontece), envolvido na organização desses
99 eventos, conforme comunicado pela Secretaria em momento anterior ao início
100 dessa reunião. O conselheiro Ricardo Maes (CUT-SC) dividiu uma experiência
101 pessoal e sua visão quanto ao assunto, mencionando ter visitado o Chile, país em
102 que a ex-presidenta Michelle Bachelet instituiu uma política muito forte de Direitos
103 Humanos, sendo criado um Memorial dos Direitos Humanos. Maes (CUT-SC)
104 manifestou ser apreciador da história Chilena e mencionou haver certa
105 semelhança entre sua formatação com o evento da demarcação das terras
106 indígenas, Raposa Serra do Sol no Brasil. O conselheiro relatou que no Memorial
107 dos Direitos Humanos do Chile havia uma frase de um ministro *Pinochetista*, a
108 qual dizia que não existiam outros povos, somente os Chilenos. O fato observado,
109 segundo Maes (CUT-SC) demonstra que ao mesmo tempo em que o

110 neoliberalismo se utiliza do individualismo para propagar os Direitos Humanos,
111 atacam as culturas individuais. Em relação ao caso específico da Raposa Serra
112 do Sol, em que se falava em dividir o território nacional, sem qualquer base de
113 conhecimento das individualidades dos povos indígenas foi comparado aos casos
114 do recente rechaço da Constituição Chilena, o recente golpe que ocorreu na
115 Bolívia, onde indígenas foram mortos, o Chile Pinochetista e no Brasil, o período
116 da ditadura militar. O conselheiro concluiu seu relato salientando a importância de
117 se estar atento a conjuntura internacional latino-americana quanto a essas
118 identidades individuais. A conselheira Maria Lúcia (IMDH-UFSC) apontou a mídia
119 como propagadora dessa contradição colocada anteriormente pelo conselheiro
120 Ricardo Maes (CUT-SC). Citou como exemplo uma notícia sobre povos indígenas
121 que recentemente sofreram ataques e da comparação que frequentemente fazem
122 do território indígena com as cidades. A conselheira salientou que a concepção de
123 comunidade para os povos indígenas é diferente da visão das pessoas que vivem
124 nas regiões urbanas. A vice-presidente disse que se tratava de uma visão
125 utilitarista, sem se importar com a vida dos povos indígenas e quilombolas, seus
126 costumes, nem a preservação do ambiente. Dando prosseguimento a reunião foi
127 iniciado o **ponto (6) violência policial militantes por moradias**. A vice-
128 presidente explicou que propôs este tema uma vez que final do mês de agosto
129 ocorreram diversos fatos relacionados ao assunto. Celina (IGENTES) fez a leitura
130 da denúncia apresentada a Corregedoria da Polícia Militar do estado. A vice-
131 presidente explicou que este seria um dos fatos que ocorreram e que teria
132 ocorrido outro, semelhante com uma segunda militante, sendo que essa preferiu
133 não fazer a denúncia. Segundo, Celina (IGENTES) o que se conseguiu apurar até
134 o momento é que aparentemente se tratava de milícias ameaçando militantes
135 políticos e de lutas por moradias. **Encaminhamento: Construir uma**
136 **Recomendação solicitando a instauração do processo com a devida**
137 **celeridade para apuração do caso e a penalidade aos envolvidos, caso**
138 **confirmada**. Encerrado esse ponto foi feita a **devolutiva das ações da última**
139 **plenária (7)**. A secretária relatou sobre reunião que aconteceu no dia 24 de
140 agosto para tratar da retomada dos trabalhos da Comissão Pró-implementação do
141 sistema de Prevenção e Combate à Tortura, onde estiveram presentes
142 representante da Secretaria de Estado da Administração Prisional (SAP), a
143 superintendente de execução penal, a senhora Bruna, representantes do
144 Colegiado Superior de Segurança Pública (CSSPPO), senhores Antônio Melo e
145 Rogério, Gerência de Políticas para Mulheres e Direitos Humanos da SDS,
146 senhora Débora Nunes, e Gerência de Políticas para Igualdade Racial e
147 Imigrantes, senhora Regina Suenes, representante do Conselho Regional de
148 Psicologia, senhor Neandro e o presidente do CEDH, Fabrício. Como resultado
149 dessa reunião ficou deliberado por ser feito um resgate de todos os documentos
150 referentes ao Projeto de lei (PL) e em conjunto um estudo orçamentário para ser
151 anexado ao PL. Com previsão da próxima reunião para o dia 26 de outubro. Outro
152 comunicado feito foi quanto a reunião do dia 31 de agosto com participação de
153 alguns representantes das ocupações e a responsável pelo Cadastro Único
154 (CADÚnico) do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) do município
155 de Florianópolis, senhora Daniela em que teria ficado como deliberação agendar
156 outra reunião com todos os órgãos/entidades responsáveis pelas demandas
157 apresentadas pelo movimento por moradias e seus representantes. Celina
158 (IGENTES) fez um resgate da origem desse pedido, que teria se iniciado a partir
159 de uma audiência pública na Assembleia Legislativa de Santa Catarina (ALESC)
160 com movimentos por moradias onde foram apresentadas denúncias como, por
161 exemplo: não acesso a assistência social, negado cestas básicas por falta de
162 endereço, falta de atendimento em postos de saúde, inclusive mulheres grávidas
163 e déficit escolar em creches e escolas. Percebendo-se a fragmentação de
164 reuniões com os responsáveis e que a maior concentração dos problemas se

165 apresentavam nos municípios de Florianópolis, São José e Palhoça, decidiu-se
166 reunir todos numa só reunião conjunta com as Secretarias Municipais de Saúde,
167 Educação e relacionadas à habitação, dos municípios supracitados, Secretarias
168 Estaduais dentro das mesmas áreas, Defensoria Pública do Estado (DPESC),
169 Centrais Elétricas de Santa Catarina (CELESC), Companhia Catarinense de
170 Águas e Saneamento (CASAN) e Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto
171 (SAMAE) do município de Palhoça, no dia 22 de setembro. A vice-presidente
172 estendeu o convite a todos os conselheiros e solicitou a Secretária que fosse feito
173 novo contato com os convidados, tanto por e-mail quanto por telefone entre os
174 dias 19 a 21 de setembro. No dia *02 de setembro* foi realizada reunião com o
175 Comando Geral da PMSC para discutir sobre as violações de Direitos Humanos
176 contra militantes das ocupações, com participação do Comitê de Direitos
177 Humanos da ALESC, Comissão de Direitos Humanos da OAB/SC, representantes
178 das ocupações. Em relação a deliberação da 61ª reunião plenária quanto aos
179 cursos de formação de conselheiros e ex-conselheiros tutelares a Secretária
180 informou que recebeu grade do MPSC e compartilhou no grupo da Comissão, que
181 ainda não conseguiu se reunir por conta de choque de agendas mas que
182 posteriormente será realizada reunião com a Associação Catarinense de
183 Conselheiros e ex-Conselheiros Tutelares (ACCT), Federação Catarinense de
184 Municípios (FECAM) e Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do
185 Adolescente (CEDCA) para tratar do estudo da grade do curso e construção da
186 Recomendação aos Municípios. A vice-presidente lembrou quanto a adesão à
187 Recomendação encaminhada pelo Conselho Nacional de Direitos Humanos
188 (CNDH) colocando-a em votação. A **Recomendação Conjunta nº 02** da Rede
189 Nacional de Conselhos de Direitos Humanos, de **07 de outubro de 2022** foi
190 **aprovada por unanimidade**. O conselheiro Ricardo Maes (CUT-SC) lembrou da
191 reunião com o procurador da SDS para tratar sobre o Regimento Interno e das
192 substituições dos conselheiros da sociedade civil. Para o conselheiro o procurador
193 se mostrou inflexível na questão das posições e quanto a propositura da alteração
194 da lei que institui o Conselho sugeriu que a responsabilidade seria do CEDH. Em
195 sua opinião aquela lei foi mal redigida. Concluiu seu relato dizendo que mesmo
196 com as alterações administrativas feitas pelo estado, o procurador afirmou ser
197 responsabilidade do CEDH a proposta de alteração da lei. O presidente se reunirá
198 com a procuradora da Secretaria de Estado da Administração (SEA) no dia 14 de
199 setembro para tratar especificamente sobre as substituições que tiveram parecer
200 contrário. Na opinião de Maes (CUT-SC) a provocação da Procuradoria do Estado
201 seria oportuna, embora o momento político não seja favorável sugeriu uma
202 conversa em plenária para repassar a Comissão de legislação e Normas quanto
203 às questões de terminologia, fazendo-se de fato a revisão de lei, com correções
204 pontuais, deixando algumas, em aberto. Finalizou expressando que houve um
205 pouco de formalismo e excesso de legalismo por parte do procurador, ignorando
206 as regras gerais do direito. Celina (IGENTES) avaliou ser interessante a proposta
207 do conselheiro para evitar interpretação equivocada da lei e tentar melhorar seu
208 texto. A secretária lembrou que a plenária de novembro será híbrida para quem
209 precisar de diária e passagem se organizar. A conselheira Lúcia Haygert (IMDH-
210 UFSC) sugeriu para ponto de pauta para a próxima plenária a *aprovação das*
211 *conferências regionais para construção do Plano Estadual de Direitos Humanos*.
212 Finalizando a reunião Celina (IGENTES) justificou a ausência do presidente
213 Fabrício (Acontece) que estaria envolvido na organização dos eventos referentes
214 a semana LGBTQIA+ e a secretária do conselho comunicou a justificativa da
215 conselheira Lucilene Binsfeld (CUT-SC). Celina Rinaldi (IGENTES) agradeceu a
216 presença de todos/as e deu por encerrada a reunião. Eu, Manuela Brandão da
217 Silveira Ribeiro, lavrei a presente ata, e juntamente a Fabrício, presidente do
218 CEDH/SC assinamos.



Assinaturas do documento



Código para verificação: **8BV9S31T**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



FABRÍCIO BOGAS GASTALDI (CPF: 362.XXX.798-XX) em 14/11/2022 às 17:47:08

Emitido por: "SGP-e", emitido em 28/07/2021 - 16:43:35 e válido até 28/07/2121 - 16:43:35.

(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U1NUXzk3MThfMDAwMDE0OTBfMTQ5MF8yMDIxXzhCVjITMzFU> ou o site

<https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SST 00001490/2021** e o código **8BV9S31T** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.